

**ATA DA XX REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -
CONAMA.**

1 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e noventa e seis, às 9h30min., no auditório
2 nº 01 do Edifício Sede do IBAMA, em Brasília-DF, foi realizada a XX Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do
3 Meio Ambiente - CONAMA. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Doutor GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES
4 SOBRINHO, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e Presidente do
5 CONAMA; Doutor RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO, Secretário-Executivo do CONAMA e Presidente do IBAMA; Alte.
6 IBSEN DE GUSMÃO CÂMARA, Conselheiro Suplente Representante da Fundação Brasileira para a Conservação da
7 Natureza-FBCN; Dr^a MAUDE NANCY JOSLIN MOTTA, Conselheira Titular Representante das Entidades Cíveis da Região
8 Sul; Dr. FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Conselheiro Titular Representante das Entidades Cíveis da Região
9 Nordeste; Dr. CÉSAR VÍTOR DO ESPÍRITO SANTO e Dr^a MARIA TEREZA JORGE PÁDUA, Conselheiros Titular e
10 Suplente, respectivamente, Representantes das Entidades Cíveis da Região Centro-Oeste; Dr. PAULO NOGUEIRA-
11 NETO, Conselheiro Titular Representante da ADEMASP; Dr. ASSUERO DOCA VERONEZ, Conselheiro Suplente
12 Representante da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO, Conselheiro Suplente
13 Representante da Confederação Nacional do Comércio; Dr. JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO, Conselheiro Suplente
14 Representante da Confederação Nacional da Indústria; Dr. AVELINO GANZER, Conselheiro Titular Representante da
15 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Dr. ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA, Conselheiro Titular
16 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Eng^a MARIA CRISTINA YUAN, Conselheira
17 Suplente Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia; Dr^a MARIA JOSÉ MAIA DE FARIA, Conselheira Titular
18 Representante do Governo do Estado do Acre; Dr. MARCOS FERNANDO CARNEIRO CARNAÚBA, Conselheiro Titular
19 Representante do Governo do Estado de Alagoas; Dr. JOSÉ ANTONIO LEITE DE QUEIROZ, representando o Governo
20 do Estado do Amapá; Dr. VICENTE DE PAULO QUEIROZ NOGUEIRA, Conselheiro Titular Representante do Governo
21 do Estado do Amazonas; Dr. DURVAL FREIRE DE CARVALHO OLIVIERI, Conselheiro Suplente Representante do
22 Governo do Estado da Bahia; Dr. ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO, Conselheiro Suplente Representante do Governo
23 do Estado do Ceará; Dr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR, Conselheiro Suplente Representante do Governo do
24 Estado de Goiás; Dr. DAILOR ROMIO, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado do Mato Grosso; Dr.
25 LUIS ERCÍLIO DO C. FARIA JÚNIOR, representando o Governo do Estado do Pará; Dr. JOSÉ ALMIR PINTO,
26 representando o Governo do Estado de Pernambuco; Dr. ANTONIO DE PÁDUA ALVES PINTO, Conselheiro Titular
27 Representante do Governo do Estado do Piauí; Econ. SÉRGIO MARGULIS, Conselheiro Suplente Representante do
28 Governo do Estado do Rio de Janeiro; Econ. MARCOS AURÉLIO MARTINS DE ALMEIDA, Conselheiro Suplente
29 Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Dr^a VERENA EMA NYGAARD, Conselheira Titular
30 Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. ADEMAR FREDERICO DUWE e Dr. VLADIMIR ORTIZ
31 DA SILVA, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes do Governo do Estado de Santa Catarina;
32 Dr. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado de São Paulo; Dr.
33 JOSÉ ARAÚJO FILHO, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de Sergipe; Dr^a MARGARET BARONI,
34 representando o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado; Dr^a JANE HUPE, Conselheira Suplente
35 Representante do Ministério da Aeronáutica; Dr. RICARDO VILLELA DE SOUZA, Conselheiro Suplente Representante
36 do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Prof^a NÉLI GONÇALVES DE MELO, Conselheira
37 Suplente Representante do Ministério da Educação e do Desporto; Cel. Art. LESLIE ANTONIO ALCOFORADO,
38 Conselheiro Titular Representante do Ministério do Exército; Dr. GETÚLIO VALVERDE DE LACERDA, Conselheiro
39 Titular Representante do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Dr. BENJAMIN BENZAQUÉN SICSÚ,
40 Conselheiro Titular Representante do Ministério da Justiça; Dr. MARCELO AFFONSO MONTEIRO, Conselheiro Titular
41 Representante do Ministério do Trabalho; Dr. SYLVIO ROBERTO P. BARBOSA, Conselheiro Suplente Representante do
42 Ministério dos Transportes; Ten. Cel. de Inf. QEMA WALTER JUSTUS, Conselheiro Titular Representante da Casa
43 Militar da Presidência da República; Dr. HERBERT OTTO ROGER SCHUBART, Conselheiro Titular da Secretaria de
44 Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Dr^a JANE CAROL SALLES BRAUNER, Conselheira Suplente
45 Representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Dr. TOVAR DA SILVA NUNES,
46 Conselheiro Suplente Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; Cap. de Frag. PAULO TEIXEIRA
47 DE CASTRO, Conselheiro Titular Representante do Estado-Maior das Forças Armadas; Dr. VICENTE GOMES DA SILVA
48 e Dr. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes do
49 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Também compareceram à Sessão:
50 Dr. Altamir C. Lopes, do IAP/PR; Dr^a Carmélia Santos e Dr^a Daniella V. A. Martins, da ELETRONORTE; Dr. Hélio e Dr.
51 Evandro Durand, da PETROBRÁS; CF Nelson Elias Chaiben, do Ministério da Marinha; Dr. Carlos Antonio Duccós, Dr.
52 Paulo César G. Eglér e Dr^a Ione Eglér, do MCT; Dr. Ubiracy Araújo, da PROGE/IBAMA; Dr^a Raquel Biderman, da
53 SMA/SP; Dr. Luis Fernando Fontes, da CNI; Dr^a Adriana Ramos, do ISA; Dr^a Fátima Rajva, da SRH/MM; Dr^a Nida

54 Chalegre Coimbra, do MME. Após verificação de "quorum" regimental, o Exm^o Sr. Ministro Gustavo Krause Gonçalves
55 Sobrinho, Presidente do CONAMA, cumprimentou a todos e declarou aberta a 20^a Reunião Extraordinária do CONAMA.
56 Iniciou explanando sobre a causa ambiental e em seguida passou a palavra para o Presidente da Comissão de Meio
57 Ambiente da Câmara dos Deputados, Deputado Gilnei Viana, que expôs uma reflexão a respeito da falação do Sr.
58 Ministro. A seguir, o Dr. Eduardo de Souza Martins, Coordenador da Secretaria do Desenvolvimento Integrado-SDI/MMA,
59 na Presidência da Sessão, antes de proceder a leitura dos pontos da ordem do dia, reportou-se ao que ficara acordado
60 na reunião plenária anterior, que iria se fazer uma eleição das matérias relevantes para estabelecimento de uma agenda
61 prioritária para o CONAMA, visto não haver sido feito uma preparação prévia da pauta a ser apreciada pelo Plenário.
62 Nesse sentido a mesa propôs um processo que envolvia uma ampla abertura para que todos pudessem indicar
63 prioridades a serem consolidadas pela Secretaria-Executiva do CONAMA, ao passo que as sugestões para
64 aprimoramento redacional ou inclusões poderiam ser feitas desde que da proposta constasse a assinatura de 2/3 (dois
65 terços) dos membros presentes. A seguir, a mesa propôs que o processo de votação fosse feito através de anotações,
66 que seriam preenchidas em cédulas e que os votos deveriam ser identificados, o que levaria a uma contagem envolvendo
67 um *ranking*, que seria a base de priorização para os trabalhos no CONAMA. Foi produzido um requerimento de urgência
68 para indicação de novas matérias. Com isso foi exposto uma sugestão para a adoção dos temas e que se dessem por
69 políticas, visto entender-se como sendo um enunciado mais consistente e substancializado em normas que cabe ao
70 CONAMA estabelecer com instrumentos econômicos, financeiros, tecnológicos e de controle e avaliação. Ao ser
71 procedida a análise da lista de sugestões, depararam-se com uma matriz organizada de três dimensões, que serão
72 instrumentos, biomas, e recursos. Após um longo debate sobre o assunto em questão, o Conselheiro José Pedro de
73 Oliveira Costa, Representante do Governo do Estado de São Paulo, salientou o discurso feito pelo Exm^o Sr. Presidente
74 da República, cujas palavras pediu que fossem registradas em ata: "Hoje, Mata Atlântica é símbolo... Símbolo importante
75 de uma luta que tem que ser mantida para que possamos ser fiéis naquilo que queremos fazer, que é ter uma visão
76 moderna de preservação do meio ambiente." Dr. Eduardo Martins anunciou o processo de escolha, informando que a
77 representação deveria listar até dez itens e em seguida abriu a palavra para as seguintes exposições relativas às
78 matérias da agenda prioritária: a representação da CONTAG optou pelos itens 024, 025, 029 e 049; as OEMAs
79 informaram terem optado por seis questões consideradas prioritárias, sendo uma agrupada em cada estado, ficando os
80 itens 053, 073, 055, ocorrendo o agrupamento entre os itens 88, 02, 06, 07, 08 e 08-A, em relação ao item 88 não consta
81 na relação das matérias relevantes por ser uma proposta nova, encaminhada à mesa, obedecendo o Regimento e que
82 trata do bioma Amazônia e esses poderá ser todos agrupados priorizando as discussões dos biomas e acrescentando o
83 meio ambiente urbano, discutindo as questões setoriais, ou seja, os recursos naturais sendo aplicado dentro dos biomas,
84 passou para o item 058, 031. Nesse momento, o Sr. Ministro Gustavo Krause fez uso da palavra para informar que teria
85 que ausentar-se em virtude de uma audiência com o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e
86 agradeceu às contribuições do CONAMA em uma definição de prioridades de uma agenda que vai presidir os trabalhos
87 deste Conselho. Agradeceu a participação de todos e enfatizou que esse tipo de ação e espaço político dá um substrato
88 muito importante à ação do MMA. A seguir, a representação da CNI salientou os itens 004, 008, 009, 031, 045, 046, 047,
89 053, 068, 073, 019. A CNA destacou o item 019. A Conselheira Maude Motta expressou lamentar a ausência das demais
90 representações regionais das ONGs, ou seja, Norte e Sudeste, por vir ocorrendo a um certo tempo em relação às
91 passagens e que deveriam estar presentes os Conselheiros que deveriam tomar posse e os Conselheiros que estão
92 deixando o cargo, por um problema burocrático a representação governamental nessa reunião encontra-se bastante
93 reduzida. Em seguida, a Conselheira apresentou a seguinte listagem de prioridades: itens 073, 018, 035, 025, 009, 068,
94 008, 031 e 039. Dr. Eduardo Martins, para fins de esclarecimento, indicou os pontos referentes a lista que o Governo
95 Federal preparou: 1) a necessidade de dispor de normas que regulamentem, orientem o sistema como um todo - item
96 073; 2) refere-se ao Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP. Dando continuidade, todos os itens
97 referem-se às políticas nacionais para recursos naturais, onde serão dados os destaques por biomas, com exceção da
98 gestão ambiental urbana, e sinalizou que é fundamental destacar o IBAMA. Informou, também, estar propondo uma
99 política nacional de poluição e resíduos, política nacional de educação ambiental e uma definição do sistema de
100 monitoramento e avaliação ambiental, que foi acrescido como item 87, não constando da lista porque foi encaminhado à
101 mesa com o mínimo de assinaturas correspondentes a mais de 1/3 (um terço). Explicou que a idéia é que se possa ter
102 um sistema com capacidade de interagir nos diversos níveis, que gerem para produtos de diversas funções que o mesmo
103 deva ter, desde o nível de formulação de política, até ao nível executivo. E, finalizando, uma reivindicação da área de
104 indústria e comércio e outros, que seria a questão dos padrões de emissão atmosférica - item 014. Em seguida, o Dr.
105 Eduardo Martins sugeriu encaminhar para votação, do ponto de vista de entendimento, que todas as políticas que
106 envolvem a questão de recursos naturais deverão ter destaque por bioma. Isto posto, foi aprovado. O Dr. Eduardo
107 Martins submeteu a votação, a agenda prioritária do CONAMA para 1996, apurando-se o seguinte resultado: matéria nº
108 009, Política Nacional de Poluição e Resíduos - 39 votos; matéria nº 031, Política Nacional de Recursos Hídricos - 38
109 votos; matéria nº 053, revisão do Sistema de Licenciamento Ambiental-SLAP - 37 votos; matéria nº 073 - Consolidação
110 da Legislação Ambiental no nível de norma geral - 37 votos; matéria nº 058, Política Nacional de Educação Ambiental - 32
111 votos; matéria nº 018, Política Nacional de Biodiversidade - 30 votos; matéria nº 008-A, Política Nacional de Gestão

112 Ambiental Urbana - 29 votos; matéria nº 025, Política Nacional de Florestas - 28 votos; matéria nº087, definição do
113 Sistema de Monitoramento e Avaliação Ambiental - 19 votos; matéria nº 030, Política Nacional de Pesca - 17 votos. O Dr.
114 Eduardo Martins informou que para haver deliberação a respeito dos pontos que foram incluídos é necessário que as
115 Câmaras Técnicas funcionem de maneira efetiva. Esclareceu que na próxima reunião, além da Pauta, gostaria de incluir
116 uma discussão do que seria o ciclo de políticas públicas para gestão de meio ambiente; o que seria conteúdo mínimo que
117 essas políticas deveriam ter; e, também, uma discussão de um processo para encaminhamento de proposição de normas
118 gerais ao Congresso. Tendo sido encerrado o processo de votação, o Dr. Eduardo Martins esclareceu que o Ministério do
119 Meio Ambiente fez recentemente um processo de reestruturação e ficou estabelecido como prioritário o fortalecimento do
120 CONAMA, e que foi encaminhado ao Ministério da Administração e Reforma do Estado uma estrutura permitindo que o
121 CONAMA funcione, e que apesar de não ter sido concluído, foi aprovado do ponto de vista técnico, tendo-se uma base de
122 informações onde a organização interna do MMA começará a trabalhar para dirigir isso para o CONAMA, tentando
123 eliminar o máximo possível de dispersão quanto às iniciativas para formular políticas e definir seus instrumentos. Sobre a
124 questão de norma geral, foi constituído um grupo interno que obteve um amplo levantamento da base normativa de
125 gestão ambiental utilizada no Brasil e também uma proposta de um processo para produzir essa base normativa geral,
126 que seja bastante participativo, controlado, conduzido por este Conselho, inclusive quando essas normas forem
127 encaminhadas ao Congresso, o Plenário do CONAMA tenha a capacidade de mobilização política para viabilizá-lo. O Dr.
128 Eduardo explicou, ainda, que não se tem justificativa para realizar uma Reunião Ordinária, porque não existem matérias
129 suficientes para o tratamento do Plenário, devido a não existência de um nível de consenso ou a existência de problemas
130 técnicos sobre as matérias. Na oportunidade, encaminhou proposta de realização de uma reunião ordinária no próximo
131 mês, ficando acordada a data de 18/04/96 para a próxima reunião plenária do CONAMA. Em seguida, o Dr. Eduardo
132 Martins encaminhou para votação a proposta de Resolução aprovando o calendário de reuniões ordinárias do CONAMA,
133 para o exercício de 1996, sendo aprovadas as seguintes datas: 27 de junho; 26 de setembro e 12 de dezembro de 1996.
134 Em seguida, a palavra foi franqueada ao Plenário. O Conselheiro-suplente Dr. José Pedro de Oliveira Costa,
135 representante do Governo do Estado de São Paulo, destacou a necessidade do encaminhamento antecipado da
136 pauta das reuniões, afirmando que tal providência viabiliza, ao grupo de trabalho que assessora o Secretário de
137 Meio Ambiente para vir ao CONAMA, uma análise prévia dos itens a serem debatidos. Lembrou ainda acerca das
138 atribuições precípuas do CONAMA, em especial a obrigação de acompanhar a política externa relativa a meio
139 ambiente e a Agenda 21. A Conselheira-titular Dr^a. Maude Nancy Joslin Motta, representante das Entidades
140 Ambientais Civis da Região Sul, no ensejo em que aproveitou para despedir-se do plenário, na qualidade de
141 Representante nomeada, conclamou a todos em homenagear o Prof^o. Paulo Nogueira Neto, membro deste
142 Conselho; a Dr^a. Magda Renner, da Associação Democrática Feminina Gaúcha - Amigos da Terra; e o Prof^o. Miguel
143 Milano, diretor técnico da Fundação Boticário de Proteção a Natureza, a quem enalteceu em especial pela postura
144 ética e competência acima da média. Requereu à mesa para que reiterasse junto a Presidência do IBAMA acerca
145 da solicitação, já formalmente encaminhada, no sentido de que a DFV - Amigos da Terra, entidade conveniada com
146 o IBAMA para o desenvolvimento de projetos técnicos no Parque Nacional Aparados da Serra/RS, consiga
147 efetivamente dar continuidade a seus trabalhos no interior daquela Unidade de Conservação, vista que seus técnicos
148 acham-se impedidos de ingressar na referida Unidade. Destaca que o caso vivenciado pela DFV - Amigos da Terra
149 não é único, sendo bastante comum que outras Entidades não-governamentais sofram com semelhantes embaraços
150 no trato com as diversas Superintendências Estaduais do IBAMA, sendo de bom alvitre que a Presidência do IBAMA
151 editasse ato estabelecendo parâmetros para essas parcerias. Por fim, dirigiu apelo ao Exm^o Sr. Ministro de Estado
152 do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no sentido de que sejam revistos os autos de
153 infração ilegalmente lavrados pela Superintendência do IBAMA do Paraná contra a Fundação Boticário de Proteção
154 a Natureza, cujo convalidamento estaria fomentando uma campanha injuriosa promovida por um jornal brasileiro
155 contra a referida Fundação. Destacou que o IBAMA dispõe, em diversos procedimentos administrativos, de
156 informações suficientes, não apenas para que se comprove a inexistência da culpa, mas também para que seja
157 instaurado procedimento inquisitório responsabilizando servidores. O Conselheiro-titular, Dr. Marcos Fernando
158 Carneiro Carnaúba, representante do Governo do Estado de Alagoas, revelou ao plenário que a reserva de mata
159 atlântica e Área de Relevante Interesse Ecológico de Murici/AL (Resolução/CONAMA/ nº 005/84), vem sofrendo com
160 as constantes agressões perpetradas por fazendeiros e outros proprietários. Sendo assim, o Governo do Estado de
161 Alagoas requererá ao CONAMA a inclusão, na próxima pauta, do requerimento que cria a Reserva Biológica de
162 Murici. O Conselheiro-suplente, Dr. Clarismino Luiz Pereira Junior, representante do Estado de Goiás, manifestou
163 veemente protesto pela revogação da Portaria/SUDEPE nº N-0018 de 30 de setembro de 1977, que estabelecia a
164 proibição da pesca profissional na rede hidrográfica do Estado de Goiás, sendo o arauto da cultura preservacionista
165 da bacia do Rio Araguaia e uma das justificativas que viabilizou a criação da própria FEMAGO. Salientou que o
166 IBAMA sequer formulou consulta à FEMAGO acerca da oportunidade da revogação dessa Portaria, sobretudo
167 porque o Estado de Goiás está em vias de promulgar uma Lei regulamentando a pesca, proibindo que essa
168 atividade seja exercida profissionalmente no Estado. Nesse sentido, citou o exemplo do Mato Grosso, onde a
169 Superintendência do IBAMA regulamentou o funcionamento de uma Colônia de Pesca (Z 19) no município de Barra

170 do Garças/MT, afrontando flagrantemente a legislação daquele Estado, que não permite a pesca profissional.
171 Finalizou afirmando que não obstante há oito anos a FEMAGO nada receber do Governo Federal para manter o rio
172 Araguaia, e independente das questões legais impostas e providências ainda pendentes, a FEMAGO apreenderá
173 quaisquer apetrecho de pesca considerado de uso predatório que estiver sendo utilizado no rio Araguaia. O
174 Conselheiro Titular, Dr. Francisco Rodrigues Soares, representante das Entidades Ambientalistas Civas da Região
175 Nordeste, aproveitou a oportunidade para despedir-se do plenário e informar que o novo representante das
176 Entidades Civas da Região Nordeste no CONAMA será o senhor Renato Paes da Cunha. Lembrou da grande
177 importância desse colegiado para a Política Nacional de Meio Ambiente e como instrumento de fortalecimento do
178 SISNAMA. Encerrou, ressaltando a importância do ato do Exmº Sr. Presidente da República que, acompanhado do
179 Exmº. Sr. Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, assinará, em cerimônia realizada
180 no município de Crato/PE, em 30/03, o Decreto de criação de três novas Áreas de Proteção Ambiental - APA, na
181 Região Nordeste, merecendo destaque especial a criação da APA do Delta do Rio Parnaíba/PI, cuja criação
182 empenhou-se pessoalmente ao longo dos quatro anos em que teve assento nesse Conselho Nacional de Meio
183 Ambiente. O Conselheiro Titular, Dr. César Vítor do Espírito Santo, representante das Entidades Ambientalistas Civas
184 da Região Centro-Oeste, ao despedir-se do plenário em razão do término do seu mandato, aproveitou para informar
185 que o novo representante é oriundo do Mato Grosso do Sul, da não-governamental Ecologia e Ação - ECOA, cuja
186 militância detém maior ênfase no acompanhamento da hidrovía Paraná/Paraguai. Aproveitou para referendar o
187 protesto da Drª Maude Motta em relação ao tratamento indigno dispensado pelo IBAMA à Fundação Boticário, que
188 reconhecidamente é uma das mais atuantes entidade ambientalistas do país. Em complemento a fala do Conselheiro
189 representante do Estado de Goiás, o Dr. César Vítor informou que a Rede de ONG's do cerrado, quando reunida no
190 município de Iporá/GO, em fevereiro último, manifestou a preocupação quanto a implantação da hidrovía
191 Araguaia/Tocantins, particularmente devido a ausência de informações acerca do projeto e ao impacto inerente a
192 implantação de obra de tal envergadura. O Conselheiro Titular, Dr. Paulo Nogueira-Neto, representante da
193 Associação Civil indicada pelo Presidente da República, preliminarmente agradeceu ao plenário pela ovação
194 recebida, passando a relatar a situação da Estação Ecológica do Iquê, localizada ao norte do Estado do Mato
195 Grosso, e cuja importância revela-se por sê-la área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Informa que
196 há uma tribo indígena (enauenês) lindeira a Estação Ecológica que outrora foi beneficiada pela cessão de 50.000ha
197 da U.C. pela SEMA , contudo essa tribo acabou por ocupar toda a Estação, provocando graves alterações na área.
198 Posto isso, requer que o MMA entre em entendimento com o Ministério da Justiça a fim de que seja solucionado o
199 impasse, mesmo que para isso tenha-se que ceder à tribo (Enauenes) algo além da área que lhes foi destinada há
200 quinze anos. Alerta que até o dia 08 de abril poderar-se argüir junto ao Ministério da Justiça uma solução para o
201 problema. Fez também uma preleção ao presentes, a respeito do não cumprimento da RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº
202 007/87, que institui a obrigatoriedade para que os fabricantes de produtos que contenham amianto (asbestos),
203 imprimam aviso alertando ao consumidor sobre os riscos inerentes ao seu manuseio. Nesse sentido, o Dr. Paulo
204 Nogueira-Neto protesta por providências do CONAMA para que os fabricantes efetivamente observem o que dispõe
205 a referida Resolução, sugere inclusive que a Associação Brasileira de Amianto - ABRA seja notificada para esse
206 desiderato. Conselheiro Suplente, Dr. José Vieira do Nascimento, representante da Confederação Nacional da
207 Indústria - CNI, dissertou em concordância com a o Dr. Paulo Nogueira-Neto, ressaltando a importância da
208 RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº 007/87, e afirmando que a CNI irá empenhar-se no cumprimento de suas disposições.
209 Por fim, nada mais havendo a ser discutido, o Dr. Eduardo Martins, na Presidência da Sessão deu por encerrada a
210 XIX Reunião Extraordinária do CONAMA, da qual foi lavrada a presente síntese de ata.